

JORNAL DA MÍDIA

10 MAR 1987

Momento de união

ANC

pág. 10

A transição do país de um regime autoritário para a democracia só foi possível graças à união de dois partidos em torno de uma plataforma comum e da candidatura do então governador Tancredo Neves à Presidência da República. O candidato do PMDB só pôde derrotar no colégio eleitoral a candidatura apoiada pelo governo porque um grupo de dissidentes do PDS, tendo à frente figuras de responsabilidade política como Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney, se dispôs a construir uma nova força partidária.

Para simplificar, basta dizer que o PMDB ou o PFL, isolados, não poderiam derrotar o candidato do PDS. Foi a união de ambos que possibilitou a vitória de Tancredo Neves. Foi a união do PMDB e do PFL que permitiu a travessia segura do atormentado período da doença e morte de Tancredo Neves. Sem a união do PMDB e do PFL, o presidente José Sarney não teria conseguido implantar, já nos primeiros dias de seu governo, indispensáveis mudanças políticas que viabilizaram a convocação e a eleição da Constituinte.

Agora, passadas as eleições de novembro último, PMDB e PFL se degladiam em torno de questões divorciadas da realidade vivida pela sociedade brasileira. Os dois partidos seguem em rota de colisão, atrasando o trabalho essencial da Constituinte, que é o de elaborar uma nova Constituição, dando ao país o indispensável novo ordenamento político e jurídico.

É verdade que essas disputas não se dão apenas em torno de filigranas de um regimento interno, mas também quanto a questões políticas de importância, como a fixação do mandato do presidente da República. Enquanto um setor do PMDB procura reduzir o mandato do presidente para quatro anos, outro setor do partido e a maioria do PFL defendem o mandato de seis

anos fixado pela Constituição em vigor.

Mas, mais significativo, é que uma minoria da Constituinte, da qual participam alguns parlamentares do PMDB, quer criar um poder paralelo ao do presidente da República. Alegam que a Constituinte tem legitimidade, porque eleita diretamente pelo voto popular, enquanto o presidente foi eleito por um colégio eleitoral já expurgado do texto constitucional.

Na chamada questão da soberania da Constituinte, reside na verdade a tentativa de estabelecimento deste poder paralelo, incompatível com o grave momento que o país atravessa e que nenhum benefício pode trazer ao delicado quadro político que vivemos.

Com inflação, juros altos que prejudicam o processo produtivo, agitação social decorrente das perdas salariais, suspensão do pagamento dos juros da dívida, é preciso que o governo possa governar com tranquilidade. Para isso, é preciso um clima de entendimento entre os partidos que formaram a Aliança Democrática, PMDB e PFL.

A Constituinte ganhará maior credibilidade e respeito da opinião pública brasileira se deixar de lado as questões com as quais vem se envolvendo, aprovar logo seu regimento interno e começar a trabalhar com afinco na discussão e votação da nova Constituição.

A gravidade do momento justifica o abandono de algumas posições do PMDB e do PFL em favor do consenso, da união. Estes dois partidos têm responsabilidade perante a população, pois foram eles que viabilizaram a instauração da Nova República.

A Constituinte deve elaborar a nova Constituição. O presidente da República deve ter o direito de governar. É isto que a nação quer.